

COMUNICAÇÃO E AUTISMO

FUNDAMENTOS PARA A PESQUISA COMUNICACIONAL DO ESPECTRO

SIGNATES, LUIZ

Universidade Federal de Goiás

Pesquisador produtividade CNPq. Docente do PPG Comunicação da Universidade Federal de Goiás e do PPG Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutor em Ciências da Comunicação (USP).

<https://orcid.org/0000-0001-9348-9295>

signates@ufg.br

ABREU, TIAGO DE

Universidade Federal de Goiás

Doutorando em Comunicação pelo PPG em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

<https://orcid.org/0000-0003-4909-1575>

tiagoabreupro@gmail.com

PARREIRAS, GERMANNNA

Universidade Federal de Minas Gerais

Doutoranda em Psicologia: Cognição e Comportamento pelo PPG em Psicologia: Cognição e Comportamento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Fonoaudióloga CRFa: 6-11477.

<https://orcid.org/0000-0003-2570-5130>

germannaparreiras@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa a comunicação como campo de estudo em construção no Brasil, especialmente em relação ao autismo. Organiza a discussão em três frentes: os manuais médicos e estudos de linguagem sobre comunicação no autismo; o que os estudos de comunicação dizem sobre o tema; e o autismo como desafio conceitual para a área. Observa-se que a comunicação autista é vista de forma reducionista nos manuais, o autismo é pouco explorado nas pesquisas em comunicação, e não há uma definição única para a comunicação no autismo. O artigo conclui que as especificidades do autismo, somadas às lacunas do campo da comunicação, abrem espaço para novas abordagens a partir de uma metateoria das tensões comunicacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Autismo. Comunicação. Estudos críticos do autismo. Teorias da comunicação.

COMMUNICATION AND AUTISM: FOUNDATIONS FOR COMMUNICATION RESEARCH ON THE SPECTRUM

The article analyzes communication as an evolving field of study in Brazil, especially in relation to autism. It structures the discussion in three parts: medical manuals and language studies on communication in autism; what communication studies say about the topic; and autism as a conceptual challenge to the field. It observes that autistic communication is often viewed reductively in manuals, autism is rarely addressed in communication research, and there is no single definition for communication in autism. The article concludes that the specificities of autism, combined with gaps in the communication field, open space for new approaches, proposing a metatheory of communicational tensions.

KEYWORDS

Autism. Communication. Critical Autism Studies. Communication theory.

COMUNICACIÓN Y AUTISMO: BASES PARA LA INVESTIGACIÓN DE LA COMUNICACIÓN EN EL ESPECTRO

El artículo analiza la comunicación como un campo de estudio en construcción en Brasil, especialmente en relación con el autismo. La discusión se organiza en tres ejes: los manuales médicos y los estudios del lenguaje sobre la comunicación en el autismo; lo que dicen los estudios de comunicación sobre el tema; y el autismo como un desafío conceptual para el área. Se observa que la comunicación autista es tratada de forma reducionista en los manuales, el autismo es poco abordado en las investigaciones en comunicación y no existe una definición única de comunicación en el autismo. El artículo concluye que las especificidades del autismo, junto con las lagunas del campo comunicacional, abren espacio para nuevas aproximaciones, proponiéndose una metateoría de las tensiones comunicacionales.

PALABRAS-CLAVE

Autismo. Comunicación. Estudios críticos del autismo. Teorías de la comunicación.

Os estudos de comunicação no Brasil se constituíram nas últimas décadas enquanto disciplina própria, embora não haja uma definição máxima e amplamente adotada de um conceito de comunicação. Segundo Martino (2017), um dos motivos pelos quais é difícil definir o conceito de comunicação centra-se nas relações múltiplas existentes com diferentes disciplinas do conhecimento que gera uma diversidade de definições, que muitas vezes são contraditórias entre si.

Braga (2020) descreve que aquilo que é chamado de fenômeno comunicacional diz respeito a perguntas surgidas em diferentes âmbitos do conhecimento a partir do final do século XIX que são basea-

das em questões como produção de sentido, opinião pública, informação, entretenimento, narrativas, tecnologias, interações e outros temas.

No Brasil, em especial, os estudos de comunicação emergiram especialmente a partir das habilitações profissionais de cursos como Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda e, mais tarde, com o surgimento dos primeiros programas de pós-graduação em Comunicação na década de 1970 (Adghirni, 2006).

A abordagem predominante nos estudos de Comunicação em seus respectivos programas tende a seguir uma trajetória histórica que busca entender os impactos dos meios de comunicação de massa, o que permite questionar a consistência do que os principais autores descrevem como teorias da comunicação (Martino, 2017). Em uma pesquisa promovida com base em livros que pretendiam apresentar tais constructos teóricos, Martino (2008) percebeu que as teorias da comunicação citadas em livros, em grande maioria, não eram consensuais entre seus autores.

Marcondes Filho (2019) argumenta que a comunicação é um campo de estudo que ainda está em processo de consolidação e amadurecimento. O autor sugere que, para se estabelecer como uma ciência autônoma, a comunicação precisa definir claramente seu objeto de estudo e seus métodos de investigação. Essa falta de definição pode residir no fato de que a comunicação pode ser vista como um componente essencial em todas as relações sociais, o que implica que qualquer interação humana pode ser analisada sob a sua perspectiva (Martino, 2017).

Diante da dificuldade em definir o objeto da comunicação frente à carência epistemológica do campo, Signates (2015) argumenta que parte dos debatedores optaram por uma observação tautológica de que a comunicação estudaria comunicação, o que diminui a legitimidade e desqualifica o próprio campo. Nesse sentido, o debate epistemológico para entender os fundamentos e as especificidades da comunicação como campo científico está em constante operação (Signates, 2021a).

Entre as buscas existentes para ajudar o campo da comunicação a delimitar o seu objeto, existem as críticas à dispersão e à exogenia. De acordo com Braga (2011), a dispersão diz respeito à fragmentação dos estudos e práticas dentro do campo da comunicação, sem uma conexão clara entre esses diferentes setores. Apesar disso, a busca pela diminuição da dispersão não se traduz em reduzir a diversidade. Para o autor, a diversidade é uma característica positiva e, portanto, não pode ser encarada como um problema (Signates, 2021b).

A exogenia, por Signates (2015), é a dependência do campo da comunicação de teorizações de outros campos científicos. Na prática, a exogenia é percebida pela falta de centralidade do objeto da comunicação em estudos do campo. Para o autor, a centralidade do processo comunicacional é um requisito para as teorias do campo, para que arquiteturas conceituais e metodológicas próprias ao campo e adequadas à especificidade do objeto da comunicação sejam desenvolvidas.

Braga (2010) propôs que os fenômenos comunicacionais são caracterizados como tentativas, visto que em cada episódio comunicacional há possibilidade de erros e também de imprecisão em cada pro-

cesso. Ou seja, a comunicação é o resultado de uma ação que pode ser exitosa ou fracassada, mas que se sustém numa tentativa humana de estabelecê-la.

Com base nesse princípio e numa intencionalidade de tentar contribuir, de alguma forma, com os estudos da comunicação, este trabalho pretende apresentar e problematizar os conceitos e definições de comunicação no contexto do autismo, um diagnóstico e categoria cuja definição é negociada por múltiplas instâncias e, portanto, também abarca significados que vão além das já conhecidas perspectivas médicas (Ortega, 2019) a partir de três pontos: o que os manuais médicos e os estudos de linguagem dizem sobre a comunicação no contexto do autismo; o que os estudos de comunicação dizem sobre o autismo; e o autismo como situação-limite para os estudos de comunicação.

COMUNICAÇÃO NOS TERMOS MÉDICOS

O autismo, segundo a APA (2014) na quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), é uma condição do neurodesenvolvimento definida a partir de dois domínios: déficits persistentes na interação e comunicação social em múltiplos contextos; e comportamentos e interesses restritos e repetitivos. O termo comunicação aparece não só em um dos domínios nucleares do autismo, como faz parte do único domínio em que, para que em um caso clínico o diagnóstico seja fechado, todos os pré-requisitos devem ser cumpridos. Mas o que seria a “comunicação social” no autismo, segundo o DSM-5?

O manual, no entanto, não define “comunicação” ou “comunicação social”. O DSM-5 possui uma seção específica sobre os chamados Transtornos de Comunicação, que incluem diagnósticos como transtorno da linguagem, de fala, da fluência (gagueira) e comunicação social (pragmática), bem como as menções breves a comunicação no autismo e em transtornos de aprendizagem, o que parece indicar que a ideia de comunicação é por si só dada a ponto de não ser necessária uma conceituação.

A American Speech-Language-Hearing Association (ASHA), instituição profissional norte-americana que reúne fonoaudiólogos e outros profissionais do gênero que frequentemente trabalham com pessoas autistas, apresenta a seguinte definição de comunicação:

A comunicação é o processo ativo de troca de informações e ideias. A comunicação envolve tanto a compreensão como a expressão. As formas de expressão podem incluir movimentos personalizados, gestos, objetos, vocalizações, verbalizações, sinais, imagens, símbolos, palavras impressas e resultados de dispositivos de comunicação aumentativa e alternativa (AAC)¹ (ASHA, 2015, n.p.).

A relação com os estudos de linguagem é frequente em abordagens do gênero, visto que a Fonoaudiologia “constituiu-se a partir de estudos em torno da norma linguística e dos diferentes usos da fala e da escrita da população” (Berberian, 2001, p. 275) produzidos a partir da primeira metade do século XX

¹ No original: “Communication is the active process of exchanging information and ideas. Communication involves both understanding and expression. Forms of expression may include personalized movements, gestures, objects, vocalizations, verbalizations, signs, pictures, symbols, printed words, and output from augmentative and alternative (AAC) devices.

com o objetivo de sistematizar o conhecimento em torno das atipicidades existentes na linguagem oral e escrita.

Ainda de acordo com a ASHA (2023), comunicação social é o termo utilizado para se referir ao processo de se comunicar ou interagir dentro de uma estrutura social. Dentro desse domínio mais abrangente estariam a interação social, pragmática, cognição social e processamento de linguagem. A interação social se refere às trocas de informações entre dois indivíduos, enquanto a cognição social envolve a inferência de estados mentais do interlocutor para eventuais ajustes durante as interações. A pragmática, por definição, se refere ao uso contextual da língua e abarca tanto a comunicação não verbal (como o conteúdo linguístico do que é dito) quanto a não-verbal (como gestos e prosódia). Segundo essas definições e critérios atuais do DSM-V, todas as pessoas autistas possuem atipicidades relacionadas a interação e cognição social e também à pragmática.

Ao mesmo tempo, segundo Martino (2017), a ideia de que a comunicação se resume à troca de informações é alvo de críticas dentro dos estudos de linguagem. Autores como Charles B. Ogden e I.A. Richards, ainda na década de 1920, propuseram que a linguagem não seria apenas um veículo para transmitir dados, mas sim um elemento constitutivo que organiza e dá sentido ao mundo que nos cerca. A comunicação, portanto, não seria um processo fechado que se inicia e se encerra com a transmissão de uma mensagem; ela transcende o ato de comunicar, moldando a forma como compreendemos e interpretamos o mundo.

Já Berlo (1977), ao observar a ideia de comunicação enquanto processo, identificou que apesar de os estudiosos de comunicação considerarem a comunicação como um processo há décadas, a pesquisa empírica comumente não refletia essa perspectiva filosófica. Desta forma, identificou quatro sentidos principais nos quais o termo "processo" estava sendo utilizado: como mistério, como organização complexa, como mudança ao longo do tempo e como processamento de atividades.

O autor argumenta que a comunicação não é um processo natural, mas sim um processo simbólico criado pelos seres humanos. Desta forma, não estaria sujeita às leis naturais, exceto indiretamente. Berlo fez uma crítica à visão linear e causal da comunicação, que era dominante na época, e propôs uma abordagem que considerasse a comunicação como uma atividade mais dinâmica e hierárquica.

Além disso, Berlo (1977) defendeu a ideia de que a comunicação deve ser entendida não apenas como um processo de transmissão de informações, mas como um jogo simbólico onde as regras são criadas e negociadas pelos sujeitos participantes.

Em relação aos aspectos de comunicação no contexto do autismo, Llana et al. (2010) descrevem que entre um terço e metade de indivíduos autistas não desenvolvem discursos que sejam suficientes para atender às suas necessidades de comunicação no dia a dia, mesmo aqueles que necessitam menor nível de suporte, possuem um QI mais elevado e apresentam um vocabulário adequado. Os autores, em referência aos estudos de Baron-Cohen (2006), Mazefsky e Oswald (2007) e Koyama et al. (2007), argumentam que as falas de autistas de menor dependência possuem menos elementos emocionais e os

elementos não-verbais do discurso não são identificados com facilidade, como quando o interlocutor está desinteressado.

Nesse sentido, percebe-se que as dificuldades apresentadas por autistas na interação social estão diretamente interligadas à comunicação, visto que as intervenções focadas no desenvolvimento de habilidades sociais frequentemente focam no alcance de competências de conversação, construção e manutenção de relacionamentos, mediação de conflitos e resolução de problemas (Llaneza et al., 2010).

A descrição dessas diferenças comunicativas, no entanto, perpassa um ideal fixo de que há algo em falta em pessoas autistas e, portanto, quanto mais próximo ao padrão, mais desejável. Insistir na comunicação autista apenas pela lente médica, desta forma, pode fazer com que toda e qualquer situação social cuja especificidade poderia demonstrar aspectos relevantes da interação entre seres humanos seja vista apenas por suas funções biológicas.

OS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E O AUTISMO

Enquanto o autismo era estudado enquanto categoria diagnóstica, um movimento social de direitos liderado por familiares de autistas se desenvolveu a partir da década de 1950 em diferentes países, com articulações midiáticas, políticas e um diálogo estabelecido, até certo nível, com a comunidade científica (Donvan & Zucker, 2017).

Nesse sentido, múltiplos fenômenos sociais passaram a fazer parte dos debates relacionados ao autismo a partir dos anos 1970, como a emergência dos estudos da deficiência e sua base sociológica, bem como as primeiras autobiografias de pessoas autistas, como as obras de Temple Grandin e Donna Williams (Abreu, 2022). Já na década de 1990, o movimento de direitos dos autistas desafiou a noção de autismo baseada em déficits, ao mesmo passo que parte dos movimentos de familiares deram ênfase ao discurso de autismo enquanto doença a ser erradicada, inflamada na década seguinte pela ascensão do movimento antivacina (Donvan & Zucker, 2017), o que gerou debates sobre uma possível epidemia de autismo (Passos-Santos & Herold Junior, 2023).

Durante a década de 2010, os estudos críticos do autismo² se consolidam da intersecção de áreas como Sociologia, Filosofia e Psicologia a partir de uma perspectiva interdisciplinar para entender o autismo além das narrativas tradicionais focadas em déficits. Esses estudos propõem uma análise das relações de poder que moldam o campo do autismo e buscam contestar discursos que perpetuam estigmas. Entre os objetivos, Davidson e Orsini (2013) defendem que os estudos críticos do autismo devem promover o desenvolvimento de novos quadros analíticos que utilizam abordagens inclusivas e não reducionistas para que haja uma compreensão mais profunda e complexa da natureza e cultura do autismo.

Runswick-Cole, Mallett e Timimi (2016) descrevem que esses estudos podem trazer uma perspectiva crítica da psiquiatria, da psicologia social, das ciências sociais, dos estudos da deficiência, dos estudos

² Originalmente chamado de Critical Autism Studies (CAS).

culturais e de outros campos do saber, como a educação. Nesse sentido, os estudos críticos do autismo também incluem pesquisas de mídia, das quais podem ser encontrados alguns de seus autores mais proeminentes.

No contexto brasileiro, por exemplo, Rios et al. (2015) observaram notícias sobre autismo na mídia impressa brasileira de 2000 a 2012 e observaram um interesse crescente midiático acerca do autismo em uma ênfase neurobiológica e pelo efeito dramático que poderia produzir em seus leitores. Os autores também destacaram que não apenas a imprensa trouxe essa percepção dramatizante, e que as mídias sociais também desenvolvem esse papel.

É interessante perceber que, apesar de serem pesquisas de mídia e pela própria natureza dos estudos críticos do autismo, trabalhos como os de Ferraresi (2017), Lopes (2023) e Ortega et al. (2013) são empregados por pesquisadores que não pertencem ao campo da comunicação, o que também parece sugerir a tendência de se ver o estudo das mídias como um sinônimo de estudar comunicação.

Já, na Comunicação, é possível encontrar alguns debates teóricos que relacionam o autismo com conceitos ligados ao campo. Debetto e Saldanha (2023), por exemplo, percebem que o autismo é utilizado como metáfora na comunicação, trazendo o caso do conceito de tautismo criado por Lucien Sfez. Os autores discutem como o termo autismo, muitas vezes associado a uma condição de isolamento ou alienação, é utilizado para descrever fenômenos sociais negativos, que refletem preconceitos e podem reforçar visões capacitistas e epistemicidas, ao apropriar uma condição médica para criticar aspectos da sociedade sem considerar as implicações para a comunidade autista.

Além de termos como tautismo, Pasek (2015) também descreve a existência de expressões como "autismo cultural" que fazem parte de uma literatura crítica dentro dos estudos de mídia mas que, ao mesmo tempo, partem de estereótipos dos quais pessoas autistas são percebidas como não-humanos, ciborgues, robôs, com comunicação pobre ou limitada, o que limita não só o alcance do ativismo e das expressões sociais das pessoas autistas, como também empobrece a pesquisa em comunicação.

O trabalho de Ries (2017), por sua vez, parte dos conceitos de dispositivos interacionais, configurações comunicativas e mediatização para entender como os grupos virtuais sobre autismo funcionam e como eles impactam a comunicação e a interação social. Nesses espaços e por meio dessas interações, o autismo é ressignificado e o uso da mídia se expressa como forma de experiência cultural.

A partir de uma busca simples por títulos com o termo autismo nos anais disponíveis do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), foi apenas encontrado o estudo de Ries e Biondi (2019). Por meio da observação de quatro comunidades virtuais sobre autismo, os autores argumentaram como as redes socioafetivas formadas por pais, especialistas e outros atores envolvidos com o autismo utilizam essas plataformas para compartilhar experiências, trocar apoio e buscar reconhecimento social.

Não se trata, obviamente, de uma única pesquisa sobre autismo existente no campo da comunicação. Mas não deixa de ser curioso que uma deficiência que mobiliza questões de sociabilidade, desen-

volvimento na infância e juventude, tecnologias, debates sobre interseccionalidade, cidadania e cultura não esteja presente em um número maior de trabalhos em um dos mais relevantes congressos do gênero no país.

O AUTISMO COMO SITUAÇÃO-LIMITE PARA A COMUNICAÇÃO

Com base no livro *Seeing Voices*, de Oliver Sacks, Braga (2017) discute a relação entre comunicação e a construção de linguagem, e argumenta que a comunicação não é apenas a aprendizagem de um código, mas uma experiência vivida que envolve a construção de sentido. Ele argumenta que a interação social é essencial para o desenvolvimento de uma língua e também menciona que a comunicação é um processo de invenção e desenvolvimento de códigos, onde a interação entre indivíduos com experiências semelhantes pode levar à criação de novas formas de expressão, mesmo na ausência de uma língua estabelecida.

Ami Klin, pesquisador na área do autismo, descreve que “o autismo cria a si mesmo” (Klin, 2011). Algumas de suas pesquisas demonstram as atipicidades comportamentais precoces de crianças diagnosticadas com autismo que culminam numa cascata de aprendizagem divergente das de seus pares (Jones & Klin, 2009; Klin et al. 2009). Interações sociais reduzidas podem significar menos oportunidades de contatar o uso contextual da sua língua, além de experiências significativamente distintas de seus pares que poderiam impactar no aprendizado das formas variadas de expressão.

Nesse contexto, faz-se útil tangenciar brevemente uma discussão frequente na psicolinguística: o impacto dos aspectos formais e funcionais de uma língua. Embora a forma (códigos linguísticos) sejam elementais para as interações, alguns autores argumentam que a função (ou seja, o propósito de uso desses códigos) cumpre um papel basal e central (Tomasello, 2009). Por essa ótica, numa eventual impossibilidade de uso de códigos linguísticos aprendidos, os emissores tendem a tentar cumprir a função por vias alternativas (Bohn, Kachel & Tomasello, 2019). Embora o autismo seja uma condição extremamente heterogênea, de acordo com os critérios do DSM-V, seria possível entender que as atipicidades podem se relacionar tanto com os aspectos formais quanto funcionais. Ou seja, mesmo diante de barreiras em atividades de vida diária, pessoas autistas podem não dispor de ferramentas comunicativas suficientes para solucioná-las.

A ideia de “situação-limite” trabalhada por Braga diz respeito a circunstâncias extremas ou desafiantes que expõem as condições fundamentais de um fenômeno. Assim, nesses contextos mais restritos, acabam por revelar aspectos que podem não ser evidentes em situações ordinárias. É justamente pela situação-limite da população surda que se utiliza uma língua de sinais que foi possível perceber como a comunicação se desenvolve e é adaptada conforme condições adversas e também foi possível argumentar que a comunicação antecede a linguagem.

O autismo possui uma natureza distinta da surdez, mas existem similaridades entre parte do ativismo de pessoas surdas com o movimento de pessoas autistas, especialmente por conta das particularidades comunicativas desses dois grupos sociais. Ortega (2009), ao abordar a participação autista na conceitu-

ação da neurodiversidade³, descreve que, assim como o movimento surdo promove um orgulho surdo e uma noção de Cultura Surda⁴, pessoas autistas também buscam celebrar a identidade autista. Essa celebração é vista como um processo de saída do armário, onde indivíduos que pertencem a grupos estigmatizados, como os próprios surdos e autistas, afirmam suas identidades e se auto-categorizam dentro de uma cultura, promovendo um deslocamento do discurso dominante que frequentemente associa deficiência à dependência e anormalidade.

É importante lembrar que nem todas as pessoas com deficiência auditiva fazem uso de uma língua de sinais e que existe uma parcela desse público que são surdos oralizados e, portanto, não se identificam com os pressupostos da comunidade surda (Torres, Mazzoni & Mello, 2007). Mello (2001) descreve que existem tensões ideológicas referentes aos diferentes grupos de pessoas surdas, especialmente entre aqueles que não aderem à Cultura Surda ou mantêm uma posição neutra.

Algo semelhante ocorre no contexto do autismo, visto a diversidade existente na comunicação de pessoas autistas em seus diferentes níveis, que podem variar do diálogo verbal praticamente indistinguível dos não-autistas a sujeitos que dependem de tecnologias e sistemas de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) para expressar desejos, sentimentos e ideias. Nesse sentido, um único diagnóstico reúne vivências distintas entre sujeitos com diferentes desafios relacionados à linguagem e comunicação, e que deságua em representações sociais que podem privilegiar uma parcela desse espectro ou trazer uma imagem homogênea do autismo (Lacerda, 2017).

Por isso, é praticamente impossível falar em uma só comunicação autista, ou uma descrição de comunicação que dê conta de toda a diversidade que existe no espectro autista. Além disso, a habilidade de uma pessoa autista que se expressa por meio da fala em comparação a uma pessoa autista que não desenvolveu uma oralidade e/ou uma linguagem escrita determina grande parte do seu apoio e da sua autonomia, assim como todas as relações sociais ao longo da vida, já que, segundo Fernandes, Molini-Avejonas e Sousa-Morato (2006), a competência comunicativa é um fator importante para as relações interpessoais.

Pessoas autistas que não utilizam a fala ou o fazem com pouca frequência têm sido referidas na literatura como não-verbais ou minimamente verbais (Koegel, 2020). Embora não existam definições bem estabelecidas sobre o que é ser verbal ou não-verbal e os critérios sejam difusos entre os estudos, cerca de 25-35% das pessoas autistas não desenvolvem a fala como via autônoma e independente para a expressão comunicativa (Anderson et al., 2007).

- ³ Conceito que, segundo Singer (2017) e Chapman (2023), representa a pluralidade neurocognitiva da população humana. Esse conceito também se traduz em um movimento de justiça social que visa o reconhecimento de neurominorias.
- ⁴ A Cultura Surda diz respeito às práticas, valores, tradições e formas de comunicação que são compartilhadas por pessoas surdas, caracterizada por uma identidade coletiva que se forma em torno da experiência da surdez e da utilização da língua de sinais. Pessoas com deficiência auditiva que se expressam por leitura labial, por exemplo, estariam mais vinculadas à chamada Cultura Ouvinte do que a Cultura Surda.

Os sistemas de CAA, nesse sentido, podem fornecer uma via para que pessoas não-falantes consigam se expressar usando pictogramas, pranchas, tablets e outras tecnologias, sendo o Sistema de Comunicação por Troca de Figuras⁵ (PECS) um dos mais conhecidos e pesquisados. O uso dessas ferramentas faz parte de um conjunto de princípios de direito à comunicação compartilhados pela ASHA e sua carta de recomendações, nos quais são descritos os direitos de interagir socialmente, pedir e fornecer informações, ser informado, ter atos comunicativos reconhecidos e respondidos e de ser abordado diretamente ao invés de ser tratado na terceira pessoa.

Além da CAA, de um ponto de vista histórico, o campo do autismo também foi afetado pela existência da Comunicação Facilitada (CF), técnica hoje largamente descrita como inválida cientificamente que propunha que pessoas com deficiência intelectual não eram cognitivamente afetadas e, na verdade, podiam se expressar com ajuda motora de um facilitador (Beals, 2022; Jacobson, Mulick & Schwartz, 1995; Mostert, 2001). Não é do objetivo deste artigo discutir profundamente as discussões relacionadas a CF, mas não deixa de ser digno de observação o quanto a comunicação no autismo, incluindo em casos como esses, está frequentemente associada a implicações para a cidadania e direitos humanos de pessoas autistas (Simmons, Boyton & Landman, 2021), o que também parece interessar o próprio campo da comunicação.

AS POSSIBILIDADES NO ESTUDO DAS TENSÕES COMUNICACIONAIS DO AUTISMO

O estudo de Braga sobre a comunicabilidade dos surdos, que o levou a conceber que a comunicação antecede à linguagem, partiu do princípio de que os surdos sem comunicação eram pessoas sem linguagem, mas com competências comunicacionais híbridas, restando apenas haver a oportunidade, para que desenvolvessem códigos de comunicação. A comunicação foi tratada como um conceito ligado à interação enquanto tal, momento em que pôde ser percebida na condição de um dispositivo de invenção de linguagens.

Os estudos do autismo não desmentem, nem superam essa apreensão. Marginalizados, pessoas autistas igualmente tendem a não desenvolver linguagens próprias. Mas, colocados em interação, podem demonstrar sua capacidade inventiva, realizando articulações comunicacionais que variam tanto conforme a situação, quanto as características pessoais.

Em outras palavras, percebido como situação-limite da comunicação, num plano de similaridade ao da população surda, o autismo revela-se problema comunicacional a ser estudado. Resta identificar suas especificidades, e isso pode ser feito por meio do tensionamento comunicacional metateórico (Signates, 2025), ou seja, identificando as comunicabilidades e incomunicabilidades típicas do autismo.

Trata-se de um estudo das relações sociais tipicamente autistas e suas possibilidades comunicacionais, no intuito de verificar as condições específicas de comunicabilidade e os limites comunicacionais

⁵ Em inglês, é chamado de Picture Exchange Communication System.

que definem o autismo como tal. Importante dizer que potenciais de incomunicabilidade não são peculiaridades exclusivas ou restritas às pessoas autistas, mas uma característica dos processos e vivências comunicacionais, quaisquer sejam. Um estudo específico, portanto, objetiva buscar identificar especificidades, singularidades, traços específicos ou diferenças relevantes, com a finalidade precípua de obter uma conceituação propriamente comunicacional do autismo. Um olhar que não pretende, em princípio, substituir nem concorrer com outras acepções, igualmente válidas, das demais disciplinas científicas, embora se possa pretender que a dialogicidade interteórica venha a aprimorar as percepções e, sobretudo, a superação das visões preconceituosas relacionadas ao espectro autista.

Este estudo específico encontra-se em andamento e deverá brevemente produzir resultados que dialoguem com a bibliografia adensada neste trabalho, a fim de gerar novas condições críticas de produção teórica. Por enquanto, tem sido suficiente e heurístico trabalhar com a ideia de que o autismo constitui uma situação comunicacional limite, estando aí sua característica central, a permitir e justificar um estudo mais aprofundado de suas possibilidades comunicacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como os estudos de comunicação no Brasil não possuem uma definição unificada, a comunicação no autismo também não é facilmente encapsulada por uma única abordagem ou conceito. Essa interseção entre a dificuldade de definição no campo da comunicação e as particularidades comunicativas do autismo permite a existência de abordagens que transcendam os limites tradicionais da saúde e da educação, e que incorporem aspectos sociais, culturais e tecnológicos, como estudos da comunicação autista em ambientes online (Davidson, 2008; Oates & McCauley; Bean, 2024) ou até mesmo estudos com base em relatos presentes em autobiografias de indivíduos autistas (Hacking, 2009).

A percepção restrita de que o autismo é um tópico exclusivo de saúde ou educação limita a compreensão das suas implicações comunicativas, que ficam reservadas, geralmente, a uma dimensão dos estudos de linguagem promovidos pela Fonoaudiologia e Psicologia. Se, por um lado, os estudos de comunicação ainda estão em processo de consolidação enquanto ciência autônoma, por outro, a comunicação no autismo é frequentemente centrada nos déficits. Por isso, entender as questões de comunicação no autismo é fundamental para promover um maior debate sobre o autismo na sociedade. Assim como os estudos críticos do autismo desafiam as narrativas tradicionais focadas em déficits, a comunicação também pode ser vista como uma ferramenta para contestar e reconfigurar os discursos hegemônicos sobre o autismo.

No contexto dos estudos de comunicação, é possível perceber que o autismo, sendo uma condição cujas características parecem estar centralizadas nas habilidades de interação e comunicação, permite múltiplas abordagens comunicacionais, desde estudos de mídia e jornalismo, estudos de linguagem, tecnologia, além das reflexões epistemológicas que visam pensar o próprio objeto da comunicação. Ao abordar a surdez como situação-limite para estudar as características do fenômeno comunicacional,

Braga (2017) afirma a importância de descrever tais aspectos dentro da própria diversidade desse fenômeno, sem a busca necessariamente de teorias definidoras da comunicação.

Apesar disso, ainda não é claro se o autismo oferece alguma contribuição para reduzir a exogenia no campo da comunicação, visto que, diante do amplo debate e da contribuição de vários campos do saber em relação ao diagnóstico, as especificidades do autismo permitiram que os pesquisadores de seus estudos constituíssem conceitos e debates teóricos voltados para as questões do próprio autismo. Nesse sentido, parece incorrer um risco de que, dependendo da abordagem utilizada, estudar o autismo no contexto da comunicação acaba por se tornar um pretexto para estudar um objeto específico que é melhor descrito do que a comunicação em si e, portanto, manter o conceito de comunicação em um contexto periférico da pesquisa.

Este risco, o da exogenia, conforme descrita neste trabalho, deve, contudo, ser evitado pela abordagem empírica em pesquisa que se encontra em andamento: a da investigação das tensões comunicacionais reveladas pela experiência autista. A identificarmos o que há de comunicabilidades e incomunicabilidades nas diversas situações autistas, empiricamente observadas, cria-se uma oportunidade de perceber comunicacionalmente o autismo e, assim, levar ao limite as possibilidades de construção teórica do autismo como comunicação, desvendando suas peculiaridades comunicacionais específicas.

Desta forma, é possível argumentar que a comunicação no autismo, quando considerada em toda a sua complexidade, revela-se não apenas como um desafio, mas como uma oportunidade de pensar o escopo dos estudos de comunicação e de contribuir para o reconhecimento e valorização da diversidade humana. A interação entre os estudos de comunicação e o autismo pode, em certa medida, trazer algum tipo de reflexão em ambos os campos, a partir de novas perspectivas e insights que beneficiem tanto a academia quanto as práticas sociais e políticas relacionadas ao autismo.

REFERÊNCIAS

- Abreu, T. (2022). *O que é neurodiversidade?*. Cânone Editorial.
- Adghirni, Z. L. (2006). O lugar do jornalismo na comunicação. *Libero*, (17), 51-62. <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/748>
- APA - American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora.
- ASHA - American Speech-Language-Hearing Association. (2015). *Definition of Communication and Appropriate targets*. <https://www.asha.org/njc/definition-of-communication-and-appropriate-targets/>
- ASHA - American Speech-Language-Hearing Association. (2023). *Components of Social Communication*. <https://www.asha.org/practice-portal/clinical-topics/social-communication-disorder/components-of-social-communication/>
- Anderson, D. K., Lord, C., Risi, S., DiLavore, P. S., Shulman, C., Thurm, A., Welch, K., & Pickles, A. (2007). Patterns of growth in verbal abilities among children with autism spectrum disorder. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 75(4), 594-604. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.75.4.594>
- Baron-Cohen, S. (2006). The hyper-systemizing, assortative mating theory of autism. *Progress in Neuro-Psychopharmacology and Biological Psychiatry*, 30(5), 865-872. <https://doi.org/10.1016/j.pnpb.2006.01.010>

- Beals, K. P. (2022). Why we should not presume competence and reframe facilitated communication: a critique of Heyworth, Chan & Lawson. *Evidence-Based Communication Assessment and Intervention*, 16(2), 66-76. <https://doi.org/10.1080/17489539.2022.2097872>
- Berberian, A. P. (2001). Linguagem e fonoaudiologia: uma análise histórica. *Distúrbios da Comunicação*, 12(2). <https://revistas.pucsp.br/dic/article/download/11566/22772>
- Berlo, D. K. (1977). Communication as process: Review and commentary. *Annals of the International Communication Association*, 1(1), 11-27. <https://doi.org/10.1080/23808985.1977.11923667>
- Bohn, M., Kachel, G., & Tomasello, M. (2019). Young children spontaneously recreate core properties of language in a new modality. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 116(51), 26072-26077. <https://doi.org/10.1073/pnas.1904871116>
- Braga, J. L. (2010). Nem rara, nem ausente-tentativa. *Matrizes*, 4(1), 65-81. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v4i1p65-81>
- Braga, J. L. (2017). Comunicação gerativa: um diálogo com Oliver Sacks. *Matrizes*, 11(2), 35-55. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i2p35-55>
- Braga, J. L. (2020). Teorias intermediárias: uma estratégia para o conhecimento comunicacional. *Matrizes*, 14(2), 101-117. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i2p101-117>
- Chapman, R. (2023). *Empire of normality: Neurodiversity and capitalism*. Pluto Press.
- Davidson, J. (2008). Autistic culture online: Virtual communication and cultural expression on the spectrum. *Social & Cultural Geography*, 9(7), 791-806. <https://doi.org/10.1080/14649360802382586>
- Davidson, J., & Orsini, M. (2013). Critical autism studies: Notes on an emerging field. In M. Orsini & J. Davidson (Eds.), *Worlds of autism: Across the spectrum of neurological difference* (pp. 1-28). University of Minnesota Press.
- Debetto, F. do V. G., & Saldanha, G. S. (2023). Transtorno do espectro autista e tautismo: Uma questão de prefixo? Epistemicídio e capacitismo na análise crítica à infocomunicação. *Encontros Bibli*, 28(spe), 1-22. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e92859>
- Donvan, J., & Zucker, C. (2017). *Outra sintonia: a história do autismo*. Editora Companhia das Letras.
- Fernandes, F. D. M., Molini-Avejona, D. R., & Sousa-Morato, P. F. (2006). Perfil funcional da comunicação nos distúrbios do espectro autístico. *Revista Cefac*, 8(1), 20-26. <https://www.redalyc.org/pdf/1693/169320516004.pdf>
- Ferraresi, V. (2017). *Do organismo ao corpo: um estudo sobre a representação do autismo nos meios de comunicação*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/D.48.2018.tde-11042018-122744>
- Hacking, I. (2009). Autistic autobiography. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 364(1522), 1467-1473. <https://doi.org/10.1098/rstb.2008.0329>
- Jacobson, J. W., Mulick, J. A., & Schwartz, A. A. (1995). A history of facilitated communication: Science, pseudoscience, and antiscience science working group on facilitated communication. *American Psychologist*, 50(9), 750. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.50.9.750>
- Jones, W., & Klin, A. (2009). Heterogeneity and homogeneity across the autism spectrum: the role of development. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 48(5), 471-473. <https://doi.org/10.1097/CHI.0b013e31819f6cod>
- Klin, A. (2011). A new way to diagnose autism - Ami Klin [Vídeo]. TED-Ed. <https://www.youtube.com/watch?v=b-J8d1zfRIM>.
- Klin, A., Lin, D. J., Gorrindo, P., Ramsay, G., & Jones, W. (2009). Two-year-olds with autism orient to non-social contingencies rather than biological motion. *Nature*, 459(7244), 257-261. <https://doi.org/10.1038/nature07868>

- Koegel, L. K., Bryan, K. M., Su, P. L., Vaidya, M., & Camarata, S. (2020). Definitions of nonverbal and minimally verbal in research for autism: A systematic review of the literature. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 50(8), 2957–2972. <https://doi.org/10.1007/s10803-020-04402-w>
- Koyama, T., Tachimori, H., Osada, H., Takeda, T., & Kurita, H. (2007). Cognitive and symptom profiles in Asperger's syndrome and high-functioning autism. *Psychiatry and Clinical Neurosciences*, 61(1), 99–104. <https://doi.org/10.1111/j.1440-1819.2007.01617.x>
- Lacerda, L. (2017). Luz, Câmera, Estereótipo-Ação! A representação do autismo nas séries de TV. *Revista Espaço Acadêmico*, 17(193), 13–22. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33887>
- Llaneza, D. C., DeLuke, S. V., Batista, M., Crawley, J. N., Christodulu, K. V., & Frye, C. A. (2010). Communication, interventions, and scientific advances in autism: A commentary. *Physiology & Behavior*, 100(3), 268–276. <https://doi.org/10.1016/j.physbeh.2010.01.003>
- Lopes, B. A. (2023). Autismo e educação nas páginas dos jornais Folha de São Paulo e Jornal do Brasil nos anos 1980. *Atos de Pesquisa em Educação*, 18, 1–21. <https://doi.org/10.7867/1809-03542022e11204>
- Marcondes Filho, C. (2019). A questão da Comunicação. *PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM*, 3(5), 17–26. <https://doi.org/10.31657/rcp.v3i5.87>
- Martino, L. M. S. (2008). A ilusão teórica no campo da comunicação. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, (36), 111–117. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.36.4423>
- Martino, L. M. S. (2017). *Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos*. Vozes.
- Mazefsky, C. A., & Oswald, D. P. (2007). Emotion perception in Asperger's syndrome and high-functioning autism: The importance of diagnostic criteria and cue intensity. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 37, 1086–1095. <https://doi.org/10.1007/s10803-006-0251-6>
- Mostert, M. P. (2001). Facilitated communication since 1995: A review of published studies. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 31, 287–313. <https://doi.org/10.1023/a:1010795219886>
- Oates, M., McCauley, R., & Bean, A. (2024). Exploring Online Communication in Self-Identified Autistic Adolescents. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research*, 67(4), 1165–1172. https://doi.org/10.1044/2024_JSLHR-23-00707
- Ortega, F. (2009). Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 67–77. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100012>
- Ortega, F. (2019). Comentário: “Por que não ambos?”. Negociando ideias sobre autismo na Itália, no Brasil e nos EUA. In F. Ortega, *Autismo em tradução: uma conversa intercultural sobre condições do espectro autista* (pp. 119–139). Papéis Selvagens
- Ortega, F., Zorzanelli, R., Meierhoffer, L. K., Rosário, C. A., Almeida, C. F., Andrada, B. F. C. C., Chagas, B. S., & Feldman, C. (2013). A construção do diagnóstico do autismo em uma rede social virtual brasileira. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 17(44), 119–132. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832013000100010>
- Pasek, A. (2015). Errant bodies: Relational aesthetics, digital communication, and the autistic analogy. *Disability Studies Quarterly*, 35(4). <https://doi.org/10.18061/dsq.v35i4.4656>
- Passos-Santos, J. P., & Herold Junior, C. (2023). História do autismo: ideias, conceitos, práticas e instituições (1930–2010). *Cadernos de História da Educação*, 22. <https://doi.org/10.14393/che-v22-2023-228>
- Ries, I. L. (2017). *Grupos virtuais sobre autismo: aspectos culturais e as configurações comunicativas construídas por dispositivos interacionais*. Trabalho apresentado no XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-2092-1.pdf>
- Ries, I. L., & Biondi, A. (2019). Autismo e a busca por reconhecimento: Conexões que enunciam as lutas de redes socioafetivas em casos do Facebook. *Contracampo*, 38(2). <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/28283>

- Rios, C., Ortega, F., Zorzanelli, R., & Nascimento, L. F. (2015). Da invisibilidade à epidemia: A construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 19(53), 325–336. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0146>
- Runswick-Cole, K., Mallett, R., & Timimi, S. (Eds.). (2016). *Re-thinking autism: Diagnosis, identity and equality*. Jessica Kingsley Publishers.
- Signates, L. (2016). Da exogenia aos dispositivos: roteiro para uma teorização autônoma da comunicação. *Líbero*, (36), 143-152. <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/51>
- Signates, L. (Org.). (2021a). *Epistemologia da comunicação: reflexões metateóricas sobre o especificamente comunicacional*. Cegraf UFG.
- Signates, L. (2021b). Desvelando o fenômeno religioso... com o Prof. Dr. Luiz Signates. *Revista de Estudos Universitários-REU*, 47(2), 437-452. <https://periodicos.uniso.br/reu/article/download/4879/4528>
- Signates, L. (2025). *Metateoria das tensões comunicacionais*. Cegraf/UFG.
- Simmons, W. P., Boynton, J., & Landman, T. (2021). Facilitated communication, neurodiversity, and human rights. *Human Rights Quarterly*, 43(1), 138-167. <https://doi.org/10.1353/hrq.2021.0005>
- Singer, J. (2017). *Neurodiversity: The birth of an idea*. Amazon Digital Services, LLC: Judy Singer.
- Tomasello, M. (1992). The social bases of language acquisition. *Social Development*, 1(1), 67-87. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.1992.tb00135.x>
- Torres, E. F., Mazzoni, A. A., & Mello, A. G. de. (2007). Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. *Educação e Pesquisa*, 33, 369-386. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000200013>